



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 39/2013:

Concernente à criação de Tribunais Judiciais de Distritos.

Decreto n.º 40/2013:

Aprova o Regulamento da Lei n.º 6/2011, de 11 de Janeiro, Lei sobre Substâncias Explosivas.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 39/2013

de 21 de Agosto

Havendo necessidade de criar Tribunais Judiciais de Distrito, fazendo coincidir a divisão judicial com a administrativa, estendendo a rede judiciária para todo o país, ao abrigo do disposto pela alínea b) do n.º 1 do artigo 110 da Lei n.º 24/2007 de 10 de Agosto, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. São criados os Tribunais Judiciais de Distritais nas Províncias respectivas, constantes do anexo ao presente Decreto e que dele faz parte integrante.

Art. 2. O Presidente do Tribunal Supremo determina, por despacho, a entrada em funcionamento dos novos Tribunais Judiciais de Distrito.

Aprovado pelo Conselho de Ministros aos, 14 de Maio de 2013.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Alberto Clementino António Vaquina.*

Anexo 1

1. Província do Niassa (6).

- a) Majune
- b) Mecula
- c) Muembe
- d) N'gauma
- e) Metarica
- f) Nipepe

2. Província de Cabo Delgado (8).

- a) Pemba-Metuge
- b) Ibo
- c) Mecufi
- d) Meluco
- e) Quissanga
- f) Balama
- g) Muidumbe
- h) Nangade

3. Província de Nampula (2).

- a) Lalaua
- b) Nacarua

4. Província de Tete (3).

- a) Chiuta
- b) Tsangano
- c) Chifunde

5. Província de Manica (2).

- a) Tambara
- b) Macossa

6. Província de Sofala (1).

- a) Muanza

7. Província de Inhambane (1).

- a) Jangamo

8. Província de Gaza (3).

- a) Chigubo
- b) Massangena
- c) Cidade de Xai-Xai

9. Cidade de Maputo (2).

- a) KaTembe
- b) KaNyaka

Decreto n.º 40/2013

de 21 de Agosto

Tornando-se necessário regulamentar a Lei n.º 6/2011, de 11 de Janeiro, que estabelece os princípios e normas de licenciamento, fabrico, armazenamento, comércio, importação, exportação, reexportação, trânsito, abate e transporte, bem como medidas de segurança pelos utilizadores das substâncias explosivas, nos termos do artigo 35 da mesma Lei, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento da Lei n.º 6/2011, de 11 de Janeiro, Lei sobre Substâncias Explosivas, em anexo, o qual constitui parte integrante do presente Decreto.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 7 de Maio de 2013

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Alberto Clementino António Vaquina.*